

As presidenciais e depois: prolongar a rejeição, reconstruir a esperança

1. Pela terceira vez desde que o Presidente da República foi eleito por sufrágio universal, a esquerda esteve ausente da segunda volta. A novidade é que, desta vez, a desventura ocorreu, ao mesmo tempo, à esquerda e à direita do governo. Para os dois blocos que partilhavam a Assembleia Nacional, a maioria dos seus eleitores estava diante, na melhor das hipóteses, de uma escolha por exclusão.

O resultado está nos números: pelo menos 25% de abstenções e 8,8% de votos em branco ou nulos. No total, um em cada três eleitores disse que estava a ser forçado a fazer uma escolha impossível. Este número é apenas ligeiramente inferior ao de 1969 (o número total de abstenções e votos em branco era de 35,6% na altura). Desta vez, recordaremos o sinal particular dado pelo nível recorde de votos em branco, que quase duplica as suas pontuações mais elevadas em 1995, 2012, 1969 e 2012. Enquanto a abstenção é simultaneamente um fenómeno social (exclusão das classes trabalhadoras) e um indicador de insatisfação política, o voto simulado é um acto político consciente, específico de uma população muitas vezes educada e politizada. Há já algum tempo que se reforça a ideia de que esta votação deve ser considerada como uma escolha por direito próprio: a eleição presidencial de 2017 reforça, sem dúvida, este requisito.

2. A pontuação da Frente Nacional na primeira volta e o resultado da segunda volta sugerem que os diques ainda existem, o que impede a extrema-direita de chegar ao poder, como tem sido capaz de fazer noutros países, incluindo na União Europeia. Mas também notamos, mais uma vez, que estes diques são menos impermeáveis do que no passado. O medo de uma

vitória para a Frente Nacional é agora contrabalançado pela raiva contra aqueles que o sistema eleitoral majoritário coloca diante dele no segundo turno. O “tudo menos o FN” já não tem o vigor que já teve.

A Frente certamente alcança um resultado inferior às suas expectativas, inferior ao anunciado nas urnas no início da campanha e inferior ao sugerido nas eleições departamentais e regionais de 2015. No entanto, confirmou a combinação preocupante de uma verdadeira influência nacional e de uma presença territorial sólida, em especial no Norte, Leste e Sudeste de França.

Não faz sentido, portanto, questionar aqueles que consideraram que não têm de escolher entre a globalização e a exclusão nacional. A responsabilidade recai sobre aqueles que corroem o significado do conflito que historicamente separou a direita da esquerda, em torno da questão da igualdade e da liberdade. Ao preferirmos a competitividade, a flexibilidade, o equilíbrio orçamental, os estados de guerra e os estados de emergência, acabamos por alimentar a ideia de que a esquerda e a direita se uniram, aceitando as normas da concorrência e da governação.

A extrema-direita continua a ser um mal absoluto, hoje como no passado. Mas já não é possível continuar a gerir a França como antes, e isto imperturbavelmente durante cinco anos, a apelar in extremis a uma manifestação contra a extrema-direita.

Esta estratégia está condenada ao fracasso a muito curto prazo. Marine Le Pen já duplicou a pontuação do pai dela 15 anos depois. A política promovida amanhã pelo novo anfitrião do Eliseu tem todas as possibilidades de aumentar a ira e, para além disso, de alimentar o ressentimento que conduz a ações desesperadas. O segundo turno de 2002 foi um sinal preocupante; o segundo turno de 2017 deve ser vista como um sinal de alerta.

Os territórios que estão justamente convivendo como destinados a uma certa marginalidade e declínio, as classes trabalhadoras mais enfraquecidas pelo declínio do Estado de bem-estar, têm vindo a se acostumar, muitas vezes em sua maioria, à ideia de que a Frente Nacional é o último recurso para eles, em uma lógica de fechamento e retirada. É isto que é preciso enfrentar agora para erradicar os impasses das situações eleitorais que, com o tempo, parecem a muitos abrir opções impossíveis.

O tempo dos aprendizes de feiticeiro, que alimentaram esta trajetória, deve ser resolutamente perdido. O voto de Melenchon mostrou que só há uma forma de travar o progresso da Frente Nacional: opondo-lhe um movimento de esquerda, popular, de esquerda, ancorado nos seus valores fundadores e capaz de os modernizar. Seja qual for a configuração frustrante do segundo turno, foi o seu resultado que foi o acontecimento mais significativo em toda a sequência eleitoral.

3. Emmanuel Macron, não surpreendentemente, obteve uma grande diferença em relação à sua adversária na segunda rodada. Mas, dos dois candidatos, foi ele quem recebeu a menor percentagem de votos de protesto. Por conseguinte, o representante recém-eleito não pode contar com uma maioria de apoio para as opções que apresentou ao longo dos meses. Beneficiou-se da recusa que o partido extremista continua a receber; isto não nos faz esquecer que na primeira volta – aquela em que escolhemos em princípio – não atingiu 25% dos votos expressos.

Ao aproximar-se de 44% dos eleitores registrados, ele certamente não é o presidente mais mal votado na história da eleição presidencial (ver tabela abaixo). Está bem acima de Georges Pompidou em 1969 ou Jacques Chirac em 1995. Mas está longe de ser 60% deste último em 2002. De fato, se somarmos a parte dos eleitores de François Fillon e os de Jean-Luc Mélenchon que se opuseram a ele contra Marine Le Pen (seriam cerca de metade em ambos os casos), ele não está tão longe de sua vitória eleitoral no primeiro turno. Ele poderia,

portanto, ser o presidente que tem as fundações mais frágeis para o famoso “estado de graça” que já foi prometido aos recém-eleitos.

4. Sabemos que a eleição de um novo Presidente só vale a pena se for apoiada por eleições parlamentares que lhe deem a base parlamentar de que necessita para governar. A lógica majoritária das instituições teoricamente lhe dá uma vantagem nesse sentido e, até agora, nunca faltou um presidente no bloco necessário para implementar seu programa.

Mas já não estamos nesta era, construída pelo General de Gaulle, quando o espírito das instituições andava de mãos dadas com o estado do sistema político. Durante muito tempo, o princípio da maioria baseou-se num confronto claro entre esquerda e direita e, em ambos os lados, uma força política podia desempenhar um papel dominante. No entanto, este modelo é duplamente posto em causa, pelos caprichos de uma clivagem esgotada pela gestão seguida por ambos os lados e pela perda de legitimidade do próprio sistema partidário. As eleições presidenciais que acabam de terminar confirmaram a crise de identidades políticas e a fragmentação da paisagem geral em quatro grandes grupos, mais ou menos equivalentes em impacto e mais ou menos coerentes.

A natureza quase automática da ligação entre as consultas presidenciais e legislativas já não é, por conseguinte, assegurada como no passado. A priori, o novo presidente não tem falta de recursos no confronto eleitoral que se abrirá. Ultrapassa 25% em 190 distritos metropolitanos e 20% em 412 deles. Aritmeticamente, a única que se aproxima dele é Marine Le Pen, que até se beneficia de um establishment mais antigo do que o seu. Mas a aritmética e a política nem sempre andam de mãos dadas.

Os poucos dados disponíveis sugerem que a dispersão é atualmente comparável à do primeiro turno presidencial. De acordo com Ipsos, a maioria dos entrevistados não quer que

Emmanuel Macron tenha uma maioria absoluta de deputados para conduzir sua política. Quanto ao Ifop e Harris Interactive, eles estão testando as primeiras intenções de voto: 22 a 26% para candidatos de En marche, 20 a 22% para o governo de direita, 20 a 22% para a FN, 8 ou 9% para o PS, 3% para EE-LV. A França insubordinada é colocada de 13 a 16% e o QPC a 2%.

De um modo mais geral, embora a eleição legislativa, realizada paralelamente à eleição presidencial desde a introdução do mandato de cinco anos, beneficie o Presidente designado por natureza, inclui parâmetros locais que podem turvar a lógica institucional. Macron tem assim para ele a sua posição à cabeça do Estado; o governo de direita tem para ele a densidade das suas redes locais.

5. A esquerda da esquerda tem oportunidades significativas que são confirmadas pelos dados da pesquisa. Não conseguiu fazer a transição das eleições presidenciais para as legislativas em 2012. Pode beneficiar amanhã da dinâmica excepcional da votação de Melenchon. Em cerca de quarenta círculos eleitorais, recebeu mais de 30% dos votos expressos e mais de 25% em 66 deles. Uma parte significativa deste eleitorado afirma já a sua intenção de prolongar o seu voto nas eleições legislativas.

Mas uma das condições para passar de uma eleição para outra é a unidade total das forças que apoiaram a candidatura do líder rebelde da França. A força que acumulou sob este rótulo provou a sua eficácia. Como tal, tem o poder de reunir, sem a necessidade de forçar todos aqueles que não fizeram a escolha de hoje a juntarem-se ao novo movimento a juntarem-se a ele.

Em uma pesquisa realizada por You Gov para o Huffington Post, mais de dois terços dos entrevistados no final de abril (69%) consideram que a Frente Esquerda está unida, o que é uma porcentagem muito maior do que para qualquer outro componente partidário. O número é ainda maior entre os adeptos de esquerda (71%) e especialmente entre os mais jovens, que foram

um elemento central da dinâmica Melenchon em 2017 (71%).

Nem todos podem ficar decepcionados: a razão deve, portanto, prevalecer para se chegar a um acordo o mais rapidamente possível.

6. A segunda volta atípica que acabamos de viver foi decidida na primeira, com uma modesta diferença de votos, estando as quatro primeiras a um nível globalmente equivalente, o que permitiu no papel todas as hipóteses da segunda volta. Mas não podemos negligenciar os dados básicos, que determinam a distribuição das forças reais. Três delas podem ser identificadas aqui: a desmobilização cívica das classes trabalhadoras, desde o início dos anos 80, após uma longa fase de crescente participação cívica; a crise de uma direita tradicional interrompida pela dinâmica da Frente Nacional; a fragilidade de uma esquerda deslocada por mais de três décadas de hegemonia de um socialismo em processo de permanente reorientação e, no processo, privada das suas raízes populares de ontem.

A esquerda da esquerda pode abordar o episódio legislativo com lúcida confiança. Baseia-se num resultado que recorda as velhas partituras do PCF, que faz parte do seu traço histórico, que o revitaliza em parte (mas não em todo o lado) e que ao mesmo tempo o esmaga, territorial, social e simbolicamente. Neste contexto, uma campanha legislativa bem conduzida, clara, inequívoca e sem sectarismo, tem todas as possibilidades de dar frutos.

No entanto, só serão sustentáveis no contexto de uma reestruturação importante. No início da década de 1970, o Partido Socialista de Mitterrandan foi capaz de encarnar o espírito de uma esquerda que estava bem à esquerda, mas renovada. Sabemos o que aconteceu a esta mudança de testemunho entre um comunismo incapaz de se reconstruir e um socialismo que confundiu muito rapidamente a modernização com a capitulação.

O voto Mélenchon mostra, na França, como na Espanha, em Portugal e talvez na Bélgica, que a recomposição necessária pode ser finalmente baseada num vento de radicalidade, que rompe com décadas de exaustão socialista. No entanto, esta esquerda reconstruída não deve esquecer que a reconquista duradoura das classes trabalhadoras não envolve ressentimento, mas esperança. A Frente Nacional se oporá ao ressentimento à lógica econômica e social de Emmanuel Macron. A esquerda, bem à esquerda, esforçar-se-á por ligar a combatividade necessária para a construção de um novo futuro para uma sociedade igualitária, cívica e solidária. Esta deve ser a base para uma verdadeira oposição ao inaceitável. Com ele, esta luta não será a de duas França ou a dos “eles” contra “nós”, mas a dinâmica do “todos juntos” para um novo acordo. E não só na França...

Original: [Regards.fr](https://regards.fr)